



ALVITO
MUNICÍPIO

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento n.º AD 33/2024

Ajuste direto

Aquisição de Serviços

**Prestação de serviços para dinamização dos
Laboratórios de Programação e Robótica para os
alunos do Agrupamento de Escolas do Concelho de
Alvito**



Índice

Cláusula 1. ^a - Objeto
Cláusula 2. ^a - Preço base
Cláusula 3. ^a - Contrato
Cláusula 4. ^a - Prazo
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços
Cláusula 6. ^a - Local da prestação do serviço
Cláusula 7. ^a - Forma da prestação do serviço
Cláusula 8. ^a - Trabalhadores afetos à prestação do serviço
Cláusula 9. ^a - Conformidade e Garantia Técnica
Cláusula 10. ^a - Patentes, Licenças e Marcas Registadas
Cláusula 11. ^a - Deveres de Informação
Cláusula 12. ^a - Seguros
Cláusula 13. ^a - Objeto do dever de sigilo
Cláusula 14. ^a - Prazo do dever de sigilo
Cláusula 15. ^a - Dever de proteção de dados
Cláusula 16. ^a - Preço contratual
Cláusula 17. ^a - Revisão / atualização de preços
Cláusula 18. ^a - Condições de pagamento
Cláusula 19. ^a - Fatura eletrónica
Cláusula 20. ^a - Execução do contrato
Cláusula 21. ^a - Responsabilidades
Cláusula 22. ^a - Penalidades
Cláusula 23. ^a - Força maior
Cláusula 24. ^a - Resolução por parte do adjudicante
Cláusula 25. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços
Cláusula 26. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 27. ^a - Comunicações e notificações
Cláusula 28. ^a - Foro competente
Cláusula 29. ^a - Caução
Cláusula 30. ^a - Contagem dos prazos
Cláusula 31. ^a - Casos Omissos
Cláusula 32. ^a - Gestor do Contrato
Cláusula 33. ^a - Legislação aplicável
Anexo I – Cláusulas técnicas



Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal uma "Prestação de serviços para dinamização dos Laboratórios de Programação e Robótica para os alunos do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alvito".

Cláusula 2.ª

Preço base

1 - O preço base é o preço máximo que a Câmara Municipal de Alvito se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

2 - O preço base fixado para o presente procedimento é **7.560,00€** (sete mil, quinhentos e sessenta euros), valor sem IVA incluído.

3 - Para os devidos efeitos foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, solicitando uma estimativa de preço em conformidade com as especificações descrita nas cláusulas do presente caderno de encargos, cumprindo-se para os devidos efeitos o disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP).

4 - Da consulta efetuada não foi divulgado ou obtido qualquer dado que possa ser suscetível de distorcer a concorrência, no entanto as mesmas serão disponibilizadas para consulta presencial, caso solicitadas, após o término do prazo para apresentação de proposta.

Cláusula 3.ª

Contrato

1 - O contrato, que será reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.



4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - O prestador de serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor desde a data da sua assinatura até ao dia 27 de junho de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

2 - O início do contrato conta-se a partir da data da assinatura do contrato e após publicitação no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos, sendo condição de eficácia do respetivo contrato esta publicitação.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços, as seguintes obrigações:

- a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante e demais documentos contratuais, cumprindo integralmente o objeto do contrato;
- b. Disponibilizar os recursos de acordo com o perfil, requisitos mínimos obrigatórios e adicionais exigidos;
- c. Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- d. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução dos contratos, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;



- e. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
 - a. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções do contraente público, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
 - b. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
 - c. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada;
1. Constituem ainda obrigações do prestador de serviços:
- a. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Alvito;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;



- f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- h. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções nas instalações do contraente público, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, técnicos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6ª

Local da prestação do serviço

Os serviços são prestados no Agrupamento de Escolas do concelho de Alvito.

Cláusula 7ª

Forma da prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador dos serviços fica obrigado a manter comunicação com a Câmara Municipal de Alvito, através de interlocutor a identificar após o ato de adjudicação, cabendo-lhe a gestão corrente do contrato celebrado, devendo alertar a Câmara Municipal de Alvito de quaisquer circunstâncias anormais de execução contratual que venha a constatar.

Cláusula 8ª

Trabalhadores afetos à prestação do serviço

- 1 - Os trabalhadores afetos à prestação de serviços cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
- 2 - Os trabalhadores afetos a prestação de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da concessão.
- 3 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.

4 - O disposto nos números 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

Cláusula 9.ª

Conformidade e Garantia Técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Alvito em execução de contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislações aplicáveis.

Cláusula 10.ª

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1 - São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a Câmara Municipal de Alvito venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 11.ª

Deveres de Informação

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 12.ª

Seguros

1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação do serviço que integram o objeto do presente procedimento.

2 - A Câmara Municipal de Alvito pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Cláusula 13.ª

Objeto do dever de sigilo

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Alvito, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª

Dever de proteção de dados

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Regulamento (EU) 2016/679, de 27/04.

2. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo prestador de serviços, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

3. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

4. A Câmara Municipal de Alvito, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o prestador de serviços para demonstrar o seu total cumprimento no prazo de 5 dias.

5. Caso o prestador de serviços não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Câmara Municipal de Alvito fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do mesmo, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.

6. No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal de Alvito deverá compensar os custos suportados com eventuais quantias devidas ao prestador de serviços, nomeadamente através do acionamento da caução (caso esta tenha sido prestada) ou do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.

7. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do prestador de serviços, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Câmara Municipal de Alvito.

8. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo ser conferida à Câmara Municipal de Alvito a possibilidade de resolução do mesmo.

9. Caso o prestador de serviços impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 5 da presente cláusula, a Câmara Municipal de Alvito poderá resolver o contrato por incumprimento muito grave do prestador de serviços.

Cláusula 16.ª
Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Alvito deverá pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço referido no número anterior da presente cláusula, incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Alvito, incluindo despesas de comunicação, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, necessários ao desenvolvimento da prestação de serviços.

Cláusula 17.ª
Revisão / atualização de preços

Os preços constantes da proposta adjudicada não serão revistos durante a vigência do respetivo contrato.

Cláusula 18.ª
Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a data de emissão do respetivo documento de despesa, e desde que todas as condições definidas no presente caderno de encargos estejam integralmente cumpridas.

2 - Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação no termo de cada mês, até perfazer o prazo previsto, em conformidade com a cláusula 4.ª deste Caderno de Encargos.

3. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Alvito, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão da fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 19.ª

Fatura eletrónica

No âmbito da execução do presente contrato, o prestador de serviços fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, a emitir faturas eletrónicas.

Clausula 20.ª

Execução do contrato

1 - As situações constituídas entre as partes devem ser exercidas e cumpridas de boa-fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.

2 - Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao prestador de serviços a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a Câmara Municipal de Alvito.

3 - As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 21.ª

Responsabilidades

1 - O prestador de serviços responde perante a Câmara Municipal de Alvito por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos serviços objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2 - Do mesmo modo, o prestador de serviços responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3 - Se a Câmara Municipal de Alvito vier a ser demandada por terceiros por prejuízos causados pelo prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4 - Correm inteiramente por conta do prestador de serviços a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam



sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 22ª
Penalidades

1 – Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Alvito pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade, nos seguintes termos:

- Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações contratualmente previstas, até 5% do preço contratual.

2 – Se o incumprimento for de outra natureza, a Câmara Municipal de Alvito pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento ter-se-á em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

Cláusula 23ª
Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 24ª

Resolução por parte do adjudicante

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do prestador de serviços, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à Câmara Municipal de Alvito proceder à resolução do contrato, devendo para o efeitos transmitir a sua decisão por escrito.
- 2 - A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respetiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da receção, pelo destinatário, da referida notificação.
- 3 - A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridos durante a execução do contrato.

Cláusula 25ª

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 26ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 27ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29.ª

Caução

Não é obrigatória a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 30.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 31.ª

Casos Omissos

Os casos omissos resultantes deste Caderno de Encargos serão resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamentado na legislação portuguesa.

Cláusula 32.ª

Gestor do Contrato

1 - A Câmara Municipal de Alvito designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2 - O prestador de serviços deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a Câmara Municipal de Alvito representada pelo gestor do contrato e o prestador de serviços.

3 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções do gestor do contrato o prestador de serviços deverá disponibilizar os contactos telefónicos e o endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 - O prestador de serviços está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 - Caso se verifiquem situações anómalas na execução do contrato e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o prestador de serviços notificado para regularização imediata das mesmas sob pena de entrar no regime de incumprimento do contrato.

Cláusula 33ª
Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissso observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

Anexo I

Cláusulas técnicas

Cláusula 1ª

Objetivo

A presente prestação de serviços tem como objetivo fornecer aulas de programação/robótica às turmas do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alvito, enquadradas na Oferta Complementar de Escola e nas Atividades de Enriquecimento Curricular (Clube de Programação e Robótica), e respetivas normas associadas previstas na legislação em vigor à data da contratualização e nas orientações dadas pela Direção Geral de Educação.

Cláusula 2ª

Descrição

1 - O programa, a desenvolver durante a prestação de serviços, consiste na frequência semanal ou quinzenal de Laboratórios de Programação e Robótica, onde os alunos têm contacto com diferentes tipos e formas de expressão criativa, através da fluência de conceitos e práticas computacionais em ambiente de programação por blocos. Assim, trabalhando colaborativamente numa linguagem de programação, espera-se que a médio prazo, os alunos desenvolvam hábitos de raciocínio lógico, abstrato e sistemático e se tornem estudantes críticos, inovadores, que aprendem experimentando, identificam problemas e persistem na sua solução.

2 - Pretende-se estimular o pensamento matemático, computacional e criativo, através do ensino da programação, robótica e modelação tridimensional, capacitando os alunos para o trabalho baseado em projetos que envolvem a criação de pequenas animações, histórias, jogos interativos, programação e manipulação de robôs, modelos para impressão 3D e a resolução de desafios do quotidiano, considerando diferentes cenários de aprendizagem suportados por metodologias ativas de ensino e de aprendizagem. Os projetos deverão ser suportados por temas articulados com os conteúdos dos programas curriculares das várias áreas disciplinares, possibilitando assim que os alunos desenvolvam competências multidisciplinares, nomeadamente as que se encontram nos referenciais de competências do séc. XXI.

Deverá ser desenvolvido um portefólio do aluno/turma e a participação em concursos nacionais ou internacionais de programação ou práticas STEAM.

3 - Tendo em conta os diferentes níveis de escolaridade e o consequente desenvolvimento cognitivo dos alunos, os conteúdos deverão ser trabalhados em quatro áreas das ciências da computação (Pensamento Computacional, Algoritmia, Programação e Robótica), estruturados de acordo com padrões de desenvolvimento – iniciais, intermédios e avançados – que deverão estar articulados com os estádios de cada criança, de acordo com o documento orientador Programação e Robótica no Ensino Básico.

4 - Neste sentido, deverão ser trabalhadas as seguintes plataformas e linguagens de programação:

1º PERÍODO	<p><u>Programação</u></p> <p>>Plataformas de treino - pensamento computacional e matemático: Code.org/ Blockly Games/ Compute It / Little Dot Adventure</p> <p>>Linguagens de Programação por blocos: Scratch</p>
2º PERÍODO	<p><u>Programação e Robótica</u></p> <p>>Plataformas de simulação: Open Roberta Lab</p> <p>>Plataformas de programação: MBlock5/mBot</p>
3º PERÍODO	<p><u>Programação e Eletrónica RA e IA</u></p> <p>>MakeCode/ Micro:Bit</p> <p>>Inteligência artificial: Machine Learnig for Kids</p> <p>>Impressão 3D: Tinkercad</p> <p>>Realidade Aumentada: CoSpaces</p>

Observação: o Programa elaborado evolui de acordo com padrões de desenvolvimento – iniciais, intermédios e avançados – que pretendem estar articulados com os estádios de cada criança.

Cláusula 3ª

Professores afetos à prestação de serviços

Os professores das atividades dinamizadas, devem, possuir formação profissional especializada adequada ao desenvolvimento das atividades programadas e ao escalão etário do público-alvo ou *curriculum vitae* relevante para o efeito.

Cláusula 4ª

Assiduidade e substituição dos professores

1 - Em caso de falta ou impedimento pontual do professor, o prestador de serviços terá de assegurar a sua substituição, sob pena de lhe poder ser exigido o pagamento de uma pena pecuniária, de acordo com o previsto no presente caderno de encargos.



ALVITO
MUNICÍPIO

Contratação Pública de Empreitadas, Bens e Serviços
Procedimento n.º AD 33/2024

2 - Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte do professor, o prestador de serviços terá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil.

3 - Na situação referida no número anterior, o prestador de serviços fica obrigado a informar, de imediato a Câmara Municipal de Alvito.

Alvito, 04 de dezembro de 2024.

O Presidente da Câmara,